

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1º Semestre 2019**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
AGEFEPE**



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
AGEFEPE**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras – 1º Semestre 2019**

Sumário

- **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
- **Balanco Patrimonial**
- **Demonstrações do Resultado do Exercício**
- **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- **Demonstração do Fluxo de Caixa**
- **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores,

ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE

Recife/PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE**, em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do semestre anterior, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em data de 27 de julho de 2018, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal(RN), 02 de agosto de 2019.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O



Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Contador – Responsável Técnico
CRC/PE nº 009702 “T” RN



Mariana Guerra Marinho
Contadora
CRC/RN nº 7246/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30.06.2019	30.06.2018
CIRCULANTE		23.403	21.936
Disponibilidades		13	43
Títulos e Valores Mobiliários	3	13.788	16.892
Operações de Crédito	4	9.515	4.853
Empréstimos		10.144	4.767
Financiamentos		847	354
Provisão para Operações de Créditos		(1.477)	(268)
Outros Créditos	5	87	149
NÃO CIRCULANTE		30.542	33.801
Realizável a Longo Prazo		30.311	33.524
Títulos e Valores Mobiliários	3	4.079	3.838
Operações de Crédito	4	26.232	29.686
Empréstimos		19.942	24.279
Financiamentos		7.106	7.130
Provisão para Operações de Créditos		(816)	(1.723)
Permanente	6	231	277
Imobilizado de Uso - Líquido		126	167
Intangível - Líquido		105	110
TOTAL DO ATIVO		53.945	55.737

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

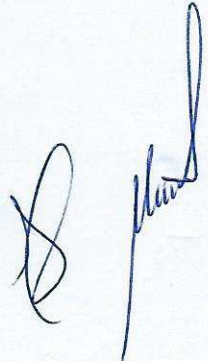
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	30.06.2019	30.06.2018
CIRCULANTE		1.833	1.283
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7	909	435
Obrigações por Repasses - BNDES		411	204
Obrigações por Repasses - FINEP		347	155
Obrigações por Repasses - BNB		151	75
Outras Obrigações		924	849
Fiscais e Previdenciárias	8	169	150
Diversas	9	755	699
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.492	5.857
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7	4.492	5.857
Obrigações por Repasses - BNDES		2.909	3.525
Obrigações por Repasses - FINEP		1.034	1.559
Obrigações por Repasses - BNB		549	773
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.621	48.596
Capital	10	65.410	65.410
Prejuízo acumulado		(17.789)	(16.814)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.945	55.737

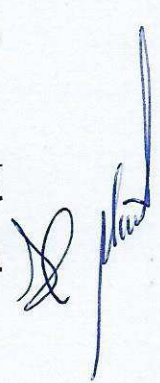
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

DISCRIMINAÇÃO	Nota	1º Sem. 2019	1º Sem. 2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.447	3.469
Operações de Crédito		2.942	2.685
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		505	785
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(290)	12
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(290)	12
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.158	3.482
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.862)	(3.645)
Receitas de Prestação de Serviços		196	260
Despesas de Pessoal e Honorários	11	(1.678)	(1.495)
Outras Despesas Administrativas	12	(1.702)	(1.642)
Despesas Tributárias	12	(16)	(19)
Despesas de Obrigações por Repasses		(172)	(261)
Despesas de Depreciação e Amortização		(331)	(333)
Outras Despesas Operacionais		(170)	(175)
Outras Receitas Operacionais		9	21
RESULTADO OPERACIONAL		(704)	(163)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	30
Outras Receitas Não Operacionais		1	31
Outras Despesas Não Operacionais		(1)	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(704)	(132)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(20)	-
Provisão para Imposto de Renda		(11)	-
Provisão para Contribuição Social		(8)	-
RESULTADO LÍQUIDO		(724)	(132)
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		64.354.408	64.354.408
RESULTADO POR AÇÃO		(0,011248)	(0,002058)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Valores em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social Realizado	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo no início do período em 01/01/2018	65.410	-	(16.682)	48.728
Prejuízo do período	-	-	(132)	(132)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Saldo no fim do período em 30/06/2018	65.410	-	(16.814)	48.596
Mutação do período	-	-	(132)	(132)
Saldo no início do período em 01/01/2019	65.410	-	(17.065)	48.345
Prejuízo do período	-	-	(724)	(724)
Saldo no fim do período em 30/06/2019	65.410	-	(17.789)	47.621
Mutação do período	-	-	(724)	(724)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGEFEPE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Sem. 2019	1º Sem. 2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro(Prejuízo) do Exercício	(724)	(132)
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização	(331)	333
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(290)	12
Lucro(Prejuízo) Ajustado	(1.344)	213
Variação de Ativos e Passivos	1.150	(233)
Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(2.728)	7.917
Aumento em Operações de Crédito	4.045	(5.645)
Aumento (Redução) em Provisões para Operações de Crédito	427	9
Redução em Rendas a Receber	0	(42)
Aumento (Redução) em Outros Créditos	(19)	17
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(452)	(2.269)
Redução em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	27	2
Aumento (Redução) em Obrigações Diversas	(149)	(223)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(194)	(20)
Fluxos das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(2)	(3)
Aquisição de Intangível	(2)	(4)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(4)	(7)
Fluxos das Atividades de Financiamentos		
Distribuição dos Lucros	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(198)	(27)
Modificações do Caixa e Equivalente de Caixa		
No início do Período	212	70
No final do Período	13	43
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(198)	(27)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A – AGEFEPE
CNPJ Nº 13.178.690/0001-15

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2019 e de 2018
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

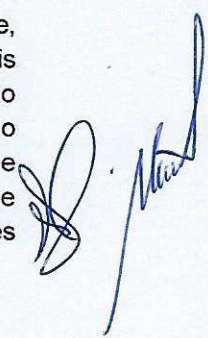
A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes



Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados e Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2019, data de encerramento do semestre, e comparadas com o mesmo período de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

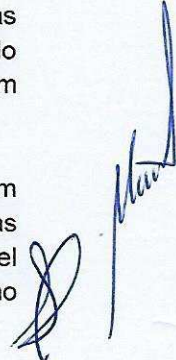
As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.



c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2019 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

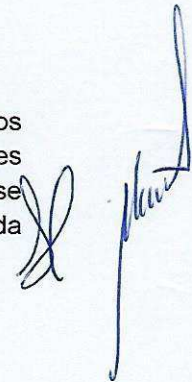
São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.



3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2019 e 2018 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	jun/19	jun/18
Curto Prazo (para negociação)		13.788	16.892
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	13.788	16.892
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.079	3.837
TOTAL		17.867	20.729

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer	30.06.2019				30.06.2018			
Setor Privado	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Outros Serviços	7.073	110	18.913	26.096	1.078	739	17.693	19.510
Set publ municp	-	-	-	-	-	5	-	5
Indústria	2.556	25	3.725	6.306	15	28	8.235	8.278
Comércio	463	196	3.003	3.662	106	340	4.067	4.514
Set publ estad	2	-	-	2	-	-	-	-
Pessoa Física	172	194	14	380	446	247	15	708
Subtotal	10.266	525	25.655	36.445	1.645	1.359	30.010	33.015

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER		30.06.2019					30.06.2018
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	3.287	427	4.644	8.358	0,50%	26	48
B	5.898	88	11.903	17.889	1,00%	126	195
C	55	-	8.438	8.493	3,00%	253	82
D	181	-	136	317	10,00%	14	-
E	838	-	-	838	30,00%	-	35
F	-	-	-	-	50,00%	-	-
G	5	8	485	498	70,00%	345	511
H	3	1	48	52	100,00%	51	386
Total	10.267	524	25.654	36.445		816	1.257

VENCIDO		30.06.2019					30.06.2018
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	-	-	-	-	0,50%	15	2
B	87	-	-	87	1,00%	53	4
C	77	161	-	238	3,00%	9	9
D	-	33	-	34	10,00%	21	75
E	-	14	-	14	30,00%	256	429
F	-	174	-	174	50,00%	87	130
G	-	55	-	55	70,00%	42	8
H	12	383	598	992	100,00%	994	76
Total	176	820	598	1.594		1.477	733

4.3 Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos semestres:

	2019	2018
Saldo no Início do exercício	2.817	1.969
Adições	399	424
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(75)	(390)
Reversões	(34)	(46)
Baixa	(814)	34
Saldo no Final do semestre	2.293	1.991

5. OUTROS CRÉDITOS

Os valores registrados em Outros Créditos estão representados, conforme demonstrado a seguir:

	jun/19	jun/18
Impostos e Contribuições a Compensar	21	18
Devedores Diversos - País	28	31
Despesas Antecipadas	26	26
Serviços Prestados a Receber	10	61
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1	10
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1	2
	<u>87</u>	<u>149</u>

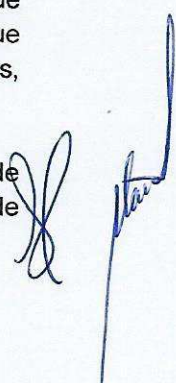
6. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
PERMANENTE	558	(327)	-	231	277
Imobilizado de Uso	146	(20)	-	126	167
Móveis e Equipamentos de Uso	399	-	-	399	398
Aparelho de Refrigeração	50	-	-	50	50
Máquinas e Equipamentos	56	-	-	56	56
Mobiliários	293	-	-	293	292
Sistema de Processamento de Dados	358	2	-	360	358
Sistema de Processamento de Dados	358	2	-	360	358
(Depreciação e Amortização)	(611)	(22)	-	(633)	(589)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso	(259)	(20)	-	(279)	(239)
(-) Aparelho de Refrigeração	(33)	(2)	-	(35)	(30)
(-) Máquinas e Equipamentos	(37)	(3)	-	(40)	(34)
(-) Mobiliários	(189)	(15)	-	(204)	(174)
(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. de Dados	(353)	(2)	-	(355)	(351)
(-) Sistema De Proc. De Dados	(353)	(2)	-	(355)	(351)
Intangível	412	(307)	-	105	110
Licença De Uso De Software	2.052	2	-	2.054	1.440
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(1.640)	(309)	-	(1.949)	(1.329)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGEFEPE.



7. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2019	2018
Obrigações por Repasses-BNDES	411	204
Obrigações por Repasses – FINEP	347	155
Obrigações por Repasses – BNB	151	75
	909	435

Exigível a Longo Prazo

	2019	2018
Obrigações por Repasses-BNDES	2.909	3.525
Obrigações por Repasses – FINEP	1.034	1.559
Obrigações por Repasses – BNB	549	773
	4.492	5.857

- a) Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- b) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/maquinas.
- c) Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Representam as obrigações da Instituição, principalmente, para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	jun/19	jun/18
INSS	56	49
IRRF	22	19
COFINS	24	26
FGTS	13	11
IOF	46	36
PIS	4	4
ISS	4	4
TOTAL	169	149

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de junho/2019 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do semestre, e outros credores.

	jun/19	jun/18
Provisão Outras Despesas Administrativas	337	245
Provisão de Férias e Encargos	260	294
Credores Diversos	158	160
TOTAL	755	699

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	2019		2018	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	65.410.010	100,00%	65.410.010	100,00%

11. DESPESA DE PESSOAL E HONORÁRIOS

	1º Sem. 2019	1º Sem. 2018
Ordenado e Representação	608	560
INSS	272	252
Honorários	345	289
Alimentação	172	144
Férias	103	99
FGTS	78	72
13º Salário	75	65
Outras	25	14
	1.678	1.495

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

	1º Sem. 2019	1º Sem. 2018
Manutenção e Conservação	61	73
Processamento de Dados	39	38
Publicações	113	106
Serviços de Terceiros	77	79
Serviços Técnicos Especializados	889	910
Aluguéis	149	165
Comunicação	36	38
Serviços de Vigilância	102	93
Taxas Diversas	49	-
Cartórios e Emolumentos	60	-
Serviços Financeiros	39	48
Tributária e Outras	102	111
	1.717	1.661

13. DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Nos 1ºs semestres de 2019 e 2018, a AGEFEPE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

14. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a

existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº 3.380/2006.

